

## KUHN: UM NATURALISTA ACIDENTAL<sup>1</sup>

Jézio Hernani Bomfim Gutierre  
Faculdade de Filosofia e Ciências  
Universidade Estadual Paulista  
jezio@editora.unesp.br

**ABSTRACT:** Kuhn is universally regarded as one of the most prominent champions of the historical philosophy of science. A standard reading of the classical *Structure of Scientific Revolutions* makes clear that allegiance to the ‘historicist’ approach. The same reading, for the same reasons, might regard Kuhn, as much as Quine, as a strict naturalist. In the present paper I challenge such a reading and attempt to show some of nuances and complexities that surround a presumed ‘Kuhnian naturalism’.

**KEY-WORDS:** Thomas S. Kuhn; Naturalism; Historical Philosophy of Science.

Uma análise trivial atesta a pujança corrente das diversas variáveis do naturalismo na epistemologia contemporânea. De fato, esse talvez tenha sido o mais dramático e bem-sucedido avanço de qualquer tendência filosófica ao longo da segunda metade do século XX.

E o rápido e óbvio crescimento da facção naturalista é tanto mais notável quando se lembra o sólido entrenchamento de seus mais formidáveis “inimigos naturais”, constituídos por ícones da epistemologia tradicional.

O conflito, cada vez mais complexo, entre ambos é bem conhecido pela comunidade filosófica que, por mais de quarenta anos, vem ansiosamente acompanhando seus desdobramentos, mas permanece sendo útil relembra algumas de suas peças fundamen-

---

<sup>1</sup> Este artigo é versão modificada de comunicação originalmente apresentada no VII Encontro Brasileiro

tais, como traços básicos de cada um dos contendores e a fonte da aparente radicalidade de sua discordância. Não tentaremos evidentemente definir os contornos precisos de cada um, tarefa descabida para nossos propósitos imediatos, mas é possível chegar a alguns elementos arquetípicos que foram ficando gradualmente mais nítidos ao longo dos debates travados. Esse é o caso, em relação aos naturalistas, de uma tese geral, ou “tese de consenso”, como recentemente chamada, perceptível ao longo de todas as sucessivas ramificações do naturalismo: “os conceitos e teorias epistemológicas são vulneráveis ao crivo da experiência, *do mesmo modo que as teorias científicas*”<sup>2</sup>.

Muito depende da maneira como se entende tal paralelo entre as teorias epistemológicas e as científicas. Mas, em qualquer interpretação, é patente que, à primeira vista, fica abalado o perfil que a filosofia (pelo menos de tradição fregeana) se atribuía: o de uma disciplina *a priori*, de caráter normativo e independente de considerações empíricas e/ou psicológicas.

Efetivamente, a rígida distinção entre os contextos de descoberta e justificação defendida por expoentes da filosofia clássica e explicitada com veemência pelos neopositivistas vienenses, do começo do século XX, tinha como corolário a conclusão de que à epistemologia e à filosofia caberia tão somente uma preocupação de cunho estritamente limitado à esfera da justificação, relegando-se o contexto da descoberta ao escrutínio da ciência empírica. Como se sabe, a falange naturalista incisivamente rejeita esta conclusão e, quando a tese de consenso chega à sua interpretação mais carbonária, por exemplo, com Quine, conclui que a epistemologia deveria ser reduzida à ciência empírica. É bem verdade que Quine, sob este aspecto, não é acompanhado por todos os demais naturalistas de plantão, que não atribuem o mesmo significado à “tese de consenso”, mas também não está sozinho em seu repto aos objetivos e caracterização clássica da epistemologia, como se pode facilmente constatar em passagens como as seguintes, típicos adornos do panorama filosófico do final do século XX: “a epistemologia, concebida corretamente, é uma parte da *psicologia do desenvolvimento*, individual e social”<sup>3</sup>. E ainda, de forma mais elaborada: “se a filosofia da ciência é naturalizada, os filósofos da ciência se encontram na mesma situação dos historiadores, psicólogos, so-

---

Internacional de Ciência Cognitiva, realizado em outubro-novembro de 2006, em São Paulo.

<sup>2</sup> Abrantes, P. – “Naturalizando a Epistemologia”, p. 171. Meus itálicos.

<sup>3</sup> Paul Churchland – *Scientific Realism and the Plasticity of Mind*, p. 123-4.

ciólogos e outros para os quais o estudo da ciência é ele mesmo um empreendimento científico. O máximo a que podem aspirar os filósofos da ciência é a serem os ‘teóricos’ de uma ciência da ciência em desenvolvimento, conforme o modelo de uma Física Teórica”<sup>4</sup>.

A filosofia, assim, perde seu estatuto de “Filosofia Primeira”, de “Rainha das Ciências” – epíteto que lhe é conferido por Kant –, para cair, como preconizado pela interpretação radical da “tese de consenso”, na vala comum das demais teorias empíricas. Seu caráter normativo, ou ao menos a *legitimidade* de seu caráter normativo, fica, portanto, como vimos, ameaçada, posto que não lhe pode ser atribuído qualquer grau de legítima precedência argumentativa relativamente às demais disciplinas (empíricas ou não): caberia a ela unicamente a função de descrever, explicar talvez, mas dificilmente a de legislar.

No entanto, a apresentação do naturalismo dessa maneira esquemática – isto é, pelo contraste com seus oponentes típicos –, não faz justiça aos seus contornos reais, à sua complexidade, ao panorama no qual atua e às afinidades que o ligam a autores aparentemente díspares. Creio que, tanto quanto a análise de suas esperáveis diferenças relativamente a certos filósofos de cepa “fregeana”, o exame da turbulenta convivência da “tese de consenso”, versão radical, com propostas filosóficas reconhecidamente receptivas ao crivo da práxis científica poderia fornecer tanto uma descrição mais acurada do que se deveria entender por um “programa naturalista”, quanto uma imagem mais justa do significado daquelas propostas individualmente consideradas. Em outras palavras, a acareação do naturalismo, ou, mais especificamente, da “tese de consenso”, com seus potenciais simpatizantes é tanto ou mais elucidativa quanto sua justaposição com inimigos naturais.

Para empreender esse contraste, selecionamos o nome de Kuhn. A escolha não é gratuita: reconhecidamente, o Kuhn de *A estrutura das revoluções científicas* foi um dos símbolos maiores da “guinada historicista” da epistemologia, um autor que continuamente, ao longo de quase meio século, sacramentou o matrimônio entre a práxis e a epistemologia, foi confessadamente influenciado por Quine e influenciou diretamente parcela significativa dos autores mais identificados com o naturalismo.

---

<sup>4</sup> Ronald Giere – “Philosophy of Science Naturalized”, *Philosophy of Science*, v. 52, p. 343.

Todavia, ainda que se aceite o paralelo traçado, persistem algumas diferenças notáveis entre a epistemologia kuhniana e aquela adotada por Quine. Uma rápida consideração dessas diferenças e aproximações talvez possa ser útil não apenas para uma tarefa definicional ou taxonômica – o rótulo ‘naturalismo’ ou a inserção de Kuhn entre adeptos dessa vertente é pouco mais que irrelevante –, mas para que possam ser identificados elementos interpretativos importantes à proposta naturalista e, especialmente, considerados os nossos propósitos presentes, à teoria kuhniana.

Até o ponto em que, como filósofos, Kuhn e Quine reconhecem o papel essencial da prática e história das disciplinas científicas – história não mais como repositório de anedotas e ilustrações, na conhecida descrição de Kuhn, mas como definidora da estrutura do método –, podem eles ser defensavelmente reconhecidos como expoentes de alguma cepa naturalista. Mas, desde este ponto de convergência, seus caminhos divergem. Ao que tudo indica, o papel da história em Kuhn é mais restrito e qualificado do que em Quine. Ainda que indicar uma posição quineana ‘estável’ seja sempre tarefa ingrata, ele parece em alguns momentos apoiar o que I. Lakatos chamou de critério “quase-polanyita” de decidibilidade meta-metodológica, critério que espelha quase que literalmente a “tese de consenso” em sua versão sangüínea: *“uma teoria da racionalidade [...] deve ser rejeitada caso seja inconsistente com ‘juízos básicos de valor’ aceitos pela comunidade científica”*<sup>5</sup>. Consistência com a história (e a práxis) seriam, portanto, o principal critério para a aceitação de uma teoria do método científico. E, à primeira vista, um autor como Kuhn, por exemplo, não teria nada contra tal asserção. De fato, ele admoesta o próprio Lakatos por não ter sido suficientemente fiel ao critério que identificou<sup>6</sup>! No entanto, essa impressão é enganadora e demanda um comentário sobre o intrincado relacionamento entre a história da ciência e a teoria epistemológica de Kuhn.

É importante lembrar que, ao enfatizar o papel decisivo da história da ciência ao longo do processo de investigação metodológica, Kuhn não a está considerando como instância hierarquicamente superior a outras disciplinas, fonte de uma pedra de toque arquimédica que tivesse o dom de avaliar os méritos de teorias científicas. Se não por outro motivo, a impossibilidade, reiteradamente proclamada por Kuhn, de se apresentar “fatos” puros, sejam eles históricos ou físicos, já mostra bem a radical dificuldade de se

---

<sup>5</sup> Lakatos, I. – “Popper on Demarcation and Induction”, p. 246.

substituir o denunciado mito de uma Filosofia Primeira pelo mito de uma História Primeira. Sem dúvida, Kuhn sustenta que a chamada “nova historiografia” provê um perfil do empreendimento científico superior àquele que qualquer metodologia idealizada poderia fornecer. Mas se o resultante retrato da ciência é mais adequado, não pode ser equiparado ao retrato “verdadeiro” justamente porque sua ‘adequação’ depende de considerações filosóficas que transcendem o ‘dado’ histórico ou empírico: tanto quanto a filosofia ortodoxa, Kuhn jamais pretendeu eliminar os aspectos normativos da investigação epistemológica em favor de uma abordagem meramente descritiva, fundada sobre a experiência. Longe de promover uma epistemologia empírica contra a idéia tradicional, o que Kuhn efetivamente tentou fazer foi quebrar a rígida associação entre ‘normatividade’/racionalidade e procedimentos ‘lógicos’ e ‘algorítmicos’.

É esta restrição à hipertrofia do papel da experiência em discussões metodológicas e epistemológicas que distingue o naturalismo de Kuhn de versões mais radicais. Mas mesmo se descurarmos as críticas de naturalistas radicais, Kuhn ainda suscita – na verdade, sempre suscitou – desconfiança da parte de simpatizantes, radicais ou moderados, do naturalismo<sup>7</sup>. A explicação para isso decorre, penso, da constatação, cada vez mais evidente em Kuhn, de suas inclinações transcendentalistas. De fato, desde finais da década de 1980 até a sua morte, Kuhn, por diversas vezes, atestou sua proximidade de Kant e, nos anos subsequentes, essa confluência foi sendo cada vez mais corroborada por seus mais competentes comentadores e seguidores. Desde o ainda insuperado livro de Hoyningen-Huene<sup>8</sup> sobre a obra kuhniana, até os comentários de Michael Friedman, constantes em *Dynamics of Reason* (2001), e, finalmente, num dos mais recentes e cuidadosos trabalhos específicos a respeito da herança kantiana em Kuhn, “The Transcendental Method and (Post-) Empiricist Philosophy of Science” (2005), de autoria de Sami Pihlström e Arto Siitonen, estabelece-se definitivamente o profundo e fértil entrelaçamento de Kuhn com a linhagem kantiana.

Basicamente, adaptando-se uma classificação devida a Friedman, pode-se localizar o transcendentalismo kuhniano em dois níveis constitutivos da estrutura e dinâmica dos sistemas de conhecimento científico. No primeiro deles, encontramos os princípios

---

<sup>6</sup> Cf., e. g., Kuhn, T. S. – “Notes on Lakatos”, especialmente seção v e *passim*.

<sup>7</sup> Cf. Philip Kitcher, em “Naturalists’ Return” (1991), onde afirma não ser de modo algum claro que Kuhn seja um naturalista.

*apriorísticos* de constituição, os paradigmas, ou, em nomenclatura kuhniana mais recente, os ‘léxicos’. No segundo nível, identificam-se os meta-paradigmas que orientam as transições inter-paradigmáticas e permitem a comunicação, embora não destituída de dificuldades, entre as matrizes. Em ambos esses casos, tanto os paradigmas quanto os meta-paradigmas são princípios transcendentais.

Tomadas à primeira vista, essas conclusões parecem dar toda a razão aos críticos naturalistas e, para alguns, chegam a sugerir uma redefinição do sistema kuhniano *qua* ‘fundacionista’. A reação de Alexander Bird, em “Naturalising Kuhn” (2005), parece-me, a esse respeito, ilustrativa. O bom Kuhn, segundo Bird, foi naturalista na *Estrutura das revoluções científicas*. O notório e extensivo reconhecimento do papel da historiografia e, especialmente, da psicologia da percepção na constituição dos paradigmas foi testemunha de um Kuhn genuinamente naturalista, um autor seminal para a vaga naturalista posterior. O Kuhn mais recente, contudo, seria fundamentalmente ‘maçante’ (*sic*), um pensador que abandonou o naturalismo em favor do transcendentalismo para obter o reconhecimento da comunidade filosófica e, assim, superar o trauma decorrente da ausência desse mesmo reconhecimento quando da publicação original d’*A estrutura das revoluções científicas*. É tentador concluir que, para Bird, o bom Kuhn é o Kuhn morto ...

*Boutade* à parte, o quadro interpretativo é realmente tenso e, por isso mesmo, hoje, mais do que nunca, a estação de caça ao naturalismo de Kuhn está em plena vigência. Entretanto, não devemos desprezar as especificidades do ‘transcendentalismo’ kuhniano, especificidades que se tornam nítidas pela relativização dos princípios *a priori* – paradigmas e meta-paradigmas –, e a equivalente adoção de um apriorismo revisável. E essa peculiaridade do transcendentalismo de Kuhn mais uma vez o reaproxima do naturalismo. Um rápido retorno ao modelo kuhniano de racionalidade científica talvez possa tornar esse ponto mais claro.

Especialmente o Kuhn do período transcendental, para aceitar a caracterização de Bird, tem como preocupação central aquilo que James Conant e Putnam chamaram de “problema da interface” e que, no tratamento recebido na Dissertação de 1770, inaugura o período crítico kantiano: como vincular nossos conceitos e teorias ao real. É ten-

---

<sup>8</sup> Hoyningen-Huene, P. – *Reconstructing Scientific Revolutions* (1993).

do como objetivo a solução daquele problema que a epistemologia kuhniana procura estabelecer padrões de decidibilidade que preservem a racionalidade científica e o progresso: aquelas características que o senso comum e a mais respeitada literatura historiográfica reconhecem como inerentes à ciência. A conclusão forçada é a de que as normas componentes da metodologia científica deveriam ser avaliadas de acordo com sua capacidade de alcançar aquela meta.

Ora, Kuhn acredita que o progresso científico é um fato inquestionável e que o método efetivamente seguido pela prática da ciência tem propiciado tal avanço de forma segura e constante, razão suficiente para que tal prática seja preservada. Essa convicção é expressa em passagem muito citada: “tome-se um *grupo* das mais capazes pessoas disponíveis imbuídas da mais apropriada motivação; que elas sejam treinadas em alguma ciência e nas especialidades relevantes para a escolha em pauta; incuta-se-lhes o sistema de valores, a ideologia, presentes em sua disciplina [...]; e, finalmente, *permita-se-lhes fazerem a escolha*. Se esta técnica não explicar o desenvolvimento científico, nenhuma o fará. Não pode haver um conjunto de regras de escolha adequadas para estabelecer comportamentos individuais *desejáveis* nos casos concretos que cientistas encontrarão nos cursos de suas carreiras. O que quer que possa ser o progresso científico, poderemos abordá-lo pelo exame da natureza do grupo científico, descobrindo o que ele valoriza, o que tolera e o que despreza”<sup>9</sup>. Em outras palavras, o tribunal de última instância, onde o destino das teorias e da escolha científica em geral é decidido, será encontrado nos procedimentos e estrutura de decisão da comunidade científica, uma entidade histórica e sociologicamente definida. Como Kuhn resume a situação – de uma forma que, a meu ver, consubstancia seu principal repto à epistemologia tradicional e o credencia como naturalista –, que “melhor critério do que a decisão de um grupo científico?”<sup>10</sup>. Assim, se outras metodologias são criticadas por ele é exatamente porque são incapazes de atingir os mesmos resultados. Um falsificacionismo purista e ingênuo, por exemplo, é desqualificado por Kuhn principalmente porque o crescimento científico não poderia ser preservado sob a égide de inflexíveis testes cruciais<sup>11</sup>. E, se um método fundamentado sobre a prática real da ciência é exaltado, isto ocorre por ser tacitamente

<sup>9</sup> Kuhn, T.S. – “Reflections on my Critics”, p. 237-8.

<sup>10</sup> Kuhn, T.S. – *The Structure of Scientific Revolutions*, p. 170.

<sup>11</sup> Cf. Kuhn, T.S. – *The Essential Tension*, pp. 284 e ss.. Para uma leitura similar, veja-se Putnam, H. – “The Corroboration of Theories”, pp. 222 e ss.

considerado como a via mais consistente e eficiente para o progresso: “os cientistas se comportam de maneira específica; estas formas de comportamento têm (aqui entra a teoria) um certo número de funções essenciais; na ausência de um procedimento alternativo *que preencha as mesmas funções*, os cientistas deveriam se comportar essencialmente como o fazem caso seu objetivo seja o de aperfeiçoar o conhecimento científico”<sup>12</sup>.

Sem dúvida, pode-se ainda perguntar o que Kuhn entende aqui por “progresso científico”. Mas, independentemente dos compromissos implicados pela sua complexa e polêmica concepção de progresso, o fato é que, para ele, o fator determinante para a *consecução* do progresso é a própria prática científica, não cerceada por regras ideais.

É claro que definições podem ser mantidas de maneira rígida e este caso não é exceção: certamente ainda se poderia dizer que autores como Kuhn não são legítimos naturalistas por não admitirem a “tese de consenso” em toda a sua extensão. Contudo, isto lembraria atitude mais próxima ao farisaísmo doutrinário do que à saudável caracterização e preservação de um projeto e se afasta de caracterizações semi-canônicas do naturalismo. Efetivamente, a proposta kuhniana, a meu ver, é consistente com o que Alvin Goldman, em “Naturalistic Epistemology and Reliabilism” chama respectivamente de “naturalismo meta-epistêmico” e, especialmente, “naturalismo metodológico”. É bem verdade que, para Kuhn, a história, em particular, e a experiência, em geral, não podem ‘testar’ a epistemologia; é bem verdade que Kuhn abraça uma espécie de apriorismo; mas ainda assim, a história e a práxis são as fontes básicas de legitimação metodológica e meta-metodológica.

Pelos motivos aventados, parece ao menos plausível equiparar Kuhn, no mínimo a um filo-naturalista ou, com mais justiça e precisão, a alguém que assume por ‘serendipitia’, ao longo de sua caminhada transcendental, uma cunha naturalista: um ‘naturalista acidental’.

---

<sup>12</sup> Kuhn, T.S. – “Reflections on my Critics”, p. 237. Consulte-se também *The Structure of Scientific Revolutions*, p. 207-8. Putnam segue trilha semelhante em *Reason, Truth and History*, cap. 8 e *passim*.



**REFERÊNCIAS:**

- ABRANTES, P. Naturalizando a epistemologia. In: ABRANTES, P. (Org.) **Epistemologia e Cognição**. Brasília: Editora da UnB, 1993.
- BIRD, A. Naturalising Kuhn. **Proceedings of the Aristotelian Society** 105, p. 109-127, 2005.
- CHURCHLAND, P. **Scientific realism and the plasticity of mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- FRIEDMAN, M. **Dynamics of reason**. Stanford: CSLI, 2001.
- GIERE, R. N. Philosophy of science naturalized. **Philosophy of Science**, v. 52, p.331-356, 1985.
- GOLDMAN, A. Naturalistic epistemology and reliabilism. In: FRENCH, P. A., UEHLING, T. E. e WETTSTEIN, H. K. (Ed.). **Philosophical naturalism**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1994.
- KITCHER, P. Naturalists' return. **The Philosophical Review**, v. 101, n. 1, p.53-114, 1992.
- KUHN, T. S. Notes on Lakatos. In: BUCK, R. C. e COHEN, R. S. Cohen (Eds.) **PSA 1970: In Memory of Rudolf Carnap, Proceedings of the 1970 Biennial Meeting, Philosophy of Science Association**. Dordrecht and Boston: D. Reidel, p. 137-146, 1971.
- KUHN, T. S. **The Essential Tension**. Chicago: Chicago University Press, 1974.
- KUHN, T. S. Reflections on my critics. In: LAKATOS, I., MUSGRAVE, A. (Ed.) **Criticism and the growth of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, p.231-278, 1970. (Trad. brasileira: "Reflexões sobre meus críticos". In *O caminho desde 'A estrutura'*. São Paulo: UNESP, 2006).
- KUHN, T. S. **The structure of scientific revolutions**. (3a. ed.). Chicago: Chicago University Press, 1996. (Trad. brasileira: *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.)
- LAKATOS, I. Popper on demarcation and induction. In: SCHILPP, P. A. (Ed.) **The philosophy of Karl Popper** (vol. I). La Salle: Open Court, p.241-273, 1974.
- PIHLSTRÖM, S., SIITONEN, A. The transcendental method and (post-) empiricist Philosophy of Science. **Journal for General Philosophy of Science**, v. 36, n. 1, p. 81-106, 2005.

PUTNAM, H. The 'corroboration' of theories. In: SCHILPP, P. A. (Ed.) **The philosophy of Karl Popper** (vol. I). La Salle: Open Court, p. 221-240, 1974.

PUTNAM, H. **Reason, truth and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.